

ção, democratizando a saúde, sem que o indivíduo precise ter dinheiro para ser atendido nem para fazer uma obturação dentária, poder então transferir essa experiência para outros setores. Porque, há uma resistência muito grande, então, não é só na área geoeconômica mas nos outros Estados, e isso é uma coisa que o Ministro Delfim Netto disse: "O único governador que veio aqui pedir dinheiro para a área de Saúde foi o Governador Lameison, nenhum outro Governador - ele disse isso para todos os secretários de Saúde - nos pediu dinheiro para a área de Saúde, apenas o Governador Lameison".

Então, quando o Governador Lameison estabeleceu esse sistema de trabalho, não perdemos de vista a possibilidade de que sendo Brasília uma cidade inovadora em todos os sentidos, que essa inovação também, que essa experiência, pudessem ser transferida, como ela foi vitoriosa, para outros setores, para outros Estados. E não é difícil fazer, e a baixo custo. Seria, naturalmente, depois de criado aqui na Capital da República, que tem condições de criar um sistema dessa ordem, fazer um transplante, sem rejeição, para outras regiões do País, para outros Estados poderem fazer a mesma coisa. E essa a nossa proposta, essa proposta que o Governador apresentou, sendo Brasília a Capital da República, que pode fazer realmente um sistema diferente, e um sistema, ao invés do que se faz na maioria dos países, que o sistema de pronto-atendimento que não resulta em nada, é um sistema falido. Esse sistema não é um sistema falido, é um sistema de comunidade, onde a população participa do seu trabalho. E, a partir daí, então, quando todos os Estados brasileiros, ou a maioria deles, e se pode ver isso claramente—se olharmos os Estados por aí, se vê que cada um tem um posto de saúde na capital, um posto de saúde não sei onde mas não tem uma rede como nós temos.

Se isso for transplantado, naturalmente haverá uma tendência para que essa população deixe de migrar para o Distrito Federal no sentido de procurar assistência médica. E bem verdade que nós vamos ter que arcar indefinidamente com problemas de saúde dessa área próxima, limítrofe ao Distrito Federal, porque, naturalmente, por exemplo, alguém que mora em Unai é muito mais difícil ele se deslocar para Belo Horizonte do que para o DF. Mas isso não será problema se o restante próximo de Belo Horizonte ou de Goiânia deixar de vir para cá, ou próximo do limite de Goiás com o Piauí ou o Maranhão, e etc., se esse pessoal realmente deixar de vir para cá nós poderemos atender com muito maior facilidade a essa população limítrofe ao nosso Distrito Federal.

CB - Eu queria complementar a pergunta aqui, com um pequeno adendo. O que se sente quando se fala em programa da Região Geoeconômica - e vocês três falam no programa funcionar - é o seguinte, enquanto ele não funciona não tem muito problema, mas, na hora em que ele funcionar, eu pergunto, a tendência não seria o Governador do Distrito Federal virar o Governador da Região Geoeconômica?

Paulo José - O Governo do Distrito Federal tem plena consciência para a importância do desenvolvimento da Região Geoeconômica como fator fundamental para que Brasília permaneça virgem dentro das suas características de Capital da República. Ora, como muito bem foi colocado aqui, o desenvolvimento da Região Geoeconômica só poderá acontecer na medida em que forem transplantados para esta região os implementos da estrutura básica de infraestrutura: telefone, energia elétrica, rede de estradas, eletrificação rural...

O que é que tem procurado fazer o Governador do Distrito Federal, especificamente, no caso? Ele tem procurado sensibilizar as diversas áreas que, concomitantemente com o Governo do Distrito Federal, atuam na Região Geoeconômica. Então, ele tem procurado contato permanente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com o Ministério do Interior, com o Ministério dos Transportes, com o Governo de Goiás e de Minas Gerais, no sentido de que esse trabalho seja realmente um trabalho conjunto. E só teria sentido a partir de um trabalho conjunto. Em momento nenhum observei, da parte do Governador, a intenção de, num passo adiante, vir a ser o comandante-em-chefe dessa política regional. Ele quer, sim, uma integração de todos os órgãos que deverão atuar nessa região, porque o Governador tem presente a importância da atuação da área federal. Nós entendemos Brasília como pólo de desenvolvimento, de indução do desenvolvimento, não entendemos Brasília

como um pólo arrebanhador do desenvolvimento. Então, em razão disso, eu acredito que a ação deve ser sempre integrada, e o que nós temos observado é exatamente isso, um esforço muito grande do Governador de fazer essa integração. E podemos até demonstrar isso na prática: o Governo do Distrito Federal tem, sistematicamente, colocado à disposição dos governos de Minas Gerais e de Goiás pessoal qualificado para atuar na Região Geoeconômica. O Governo do DF tem se esforçado para colocar agências bancárias que permitam o crédito fácil nessa região, o Governo do DF tem levado a eletrificação através da CEB.

Jofran Frejat - Por exemplo, na área de Saúde, e a vacinação contra a raiva nessa área toda é feita por nós. O único meio de controlar a raiva no DF foi controlar nossos limites, aqui— nós mandamos a nossa equipe lá.

Paulo José - Toda a Região Geoeconômica de Brasília é atendida na parte de segurança contra incêndio e na parte de salvamento pelo Corpo de Bombeiros do DF, que atua independente de qualquer contato entre os diversos governos, é uma ação imediata. Então, veja que o Governo do DF realmente tem a intenção de se integrar à região e não de ser dono da região.

CB - O Maciel disse aqui que a resposta dele tinha ficado um pouco prejudicada com a pergunta.

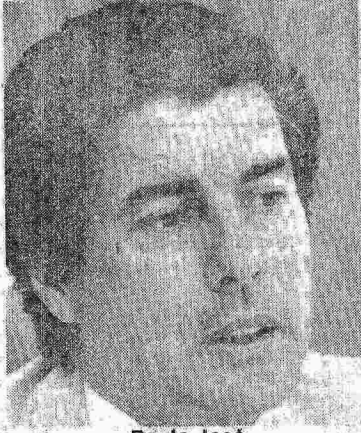
José Geraldo Maciel - Isso pelo seguinte: há mais de uma década e meia, hoje já não teria muito sentido a minha defesa, mas há uma década e meia, mais ou menos, eu defendia que o quadrilátero do DF deveria ser o Quadrilátero Cruels. Foi de uma sapiência extrema esse engenheiro belga quando desceu aqui em Brasília, em Planaltina, e definiu o quadrilátero, que é o Quadrilátero de Cruels. Por que de uma sapiência extrema? Porque, neste quadrilátero, e quando eu estava fazendo o desenho ele fez o acréscimo à pergunta, o quadrilátero que existe hoje, o Distrito Federal, que não é o Cruels, que seria bem maior, ele tem na sua periferia, teria que ser aquela época, há quinze anos, hoje talvez não tenha mais sentido, mas há 15 anos, quando eu defendia essa tese, nós não teríamos hoje Cidade Ocidental, não

teríamos hoje o Novo Gama, não teríamos uma série de cidades que estão por aí, porque, essas cidadezinhas só surgiram no entorno deste quadrilátero porque o acesso ao equipamento-esse atual da saúde, pelas razões que ele deu, mas aos outros equipamentos, urbanos era fácil. Hoje nosso motorista de táxi, nosso gari do SLU moram aí na Cidade Ocidental, nessas cidades periféricas. Se o quadrilátero fosse o Cruels, a partir dele existe um vazio que politicamente pertence aos Estados de Minas e Goiás, mas administrativamente não lhes interessa, e esse vazio que estaria distante desta infraestrutura urbana que estaria dentro deste quadrilátero atual, seria uma distância tão grande que o acesso a essa infraestrutura urbana ficaria tremendamente dificultado. No mapa isso ficaria bem claro, não sei se deu para entender. Então, há 15 anos, isto deveria ter sido feito. Não foi, temos hoje uma realidade que são essas cidades periféricas. Qual a solução, voltar ao Quadrilátero Cruels? Não sei se hoje seria a melhor solução. Eu já estive conversando com o Renan em uma oportunidade, sobre isto, e ele tem um pensamento claro, que não é conveniente. Eu ainda não tenho um pensamento claro, eu não sei se ainda está em tempo ou não de se fazer isso e de se conter essas cidades periféricas, porque daqui a pouco elas poderão se agigantar de tal sorte que daqui a mais 15 anos nós diríamos: por que há 15 anos, nós não fizemos esse retorno? Eu não tenho ainda um pensamento claro. Agora, tenho um pensamento claro, e me parece até que existe um estudo na área do Governo, quanto à criação dos pólos - seriam 10 ou 12 pólos - de atração desses fluxos que normalmente venham em direção ao DF e que estariam situados na Região Geoeconômica, dentro ou não desse Quadrilátero de Cruels.

E bem verdade, o Frejat, que entende disto, que para a área de Saúde, possivelmente, esse pólo de atração não resolvesse o problema. Mas para a área de infraestrutura urbana, a nível de qualidade de vida, indubitavelmente eles resolveriam o problema. Então, objetivamente a sua pergunta é esta: é ou não importante, para que a Capital cumpra a sua função de capital, o apoio à Região Geoeconômica? E, e me parece que esse é o pensamento do Governo com um todo, razão por que a diretoria do Governador Lameison, a segunda, foi esta. Segunda, não é um órgão de prioridade, mas foi a Região Geoeconômica. A partir dessa diretoria ele passou inclusive a peregrinar por aí visitando o governador de Minas, visitando o governador de Goiás, os secretários das áreas correspondentes, mostrando que realmente é de uma importância extrema. Não sei se o Governador do Distrito Federal deveria ser ou não o Governador da Região Geoeconômica, não é isto que estou dizendo. Agora, estou dizendo que o governo de Minas, o governo do Distrito Federal, e com primazia o do DF, têm que dar uma cobertura plena a isso, para que não tenhamos daqui a pouco uma disfunção da capital...

Renan D'Ávila - Eu acho que para desenvolver um pouquinho mais, dois aspectos. Um dos aspectos se relaciona com o que fazer na Região Geoeconômica, em termos de desenvolvimento. No nosso entendimento, nós teríamos que buscar um desenvolvimento integrado, integrado no sentido de desenvolver um sem-número de atividades, de modo a tornar realmente, através desse desenvolvimento integrado, aquele anel de proteção que a capital necessita.

Então, pode-se dizer que essa ordem de idéias, considerando-se que o problema crucial, o que mais ameaça a estabilidade funcional de Brasília, é o descompasso entre o seu crescimento econômico e o seu crescimento demográfico, a possibilidade do descompasso, a todo esforço tem que ser feito para que essa pressão demográfica deixe de exercer no território e em pouco



Paulo José



José Geraldo Maciel



Jofran Frejat



José Carlos Mello



Renan D'Ávila

tando o governador de Minas, visitando o governador de Goiás, os secretários das áreas correspondentes, mostrando que realmente é de uma importância extrema. Não sei se o Governador do Distrito Federal deveria ser ou não o Governador da Região Geoeconômica, não é isto que estou dizendo. Agora, estou dizendo que o governo de Minas, o governo do Distrito Federal, e com primazia o do DF, têm que dar uma cobertura plena a isso, para que não tenhamos daqui a pouco uma disfunção da capital...

Renan D'Ávila - Eu acho que para desenvolver um pouquinho mais, dois aspectos. Um dos aspectos se relaciona com o que fazer na Região Geoeconômica, em termos de desenvolvimento.

No nosso entendimento, nós teríamos que buscar um desenvolvimento integrado, integrado no sentido de desenvolver um sem-número de atividades, de modo a tornar realmente, através desse desenvolvimento integrado, aquele anel de proteção que a capital necessita.

Então, pode-se dizer que essa ordem de idéias, considerando-se que o problema crucial, o que mais ameaça a estabilidade funcional de Brasília, é o descompasso entre o seu crescimento econômico e o seu crescimento demográfico, a possibilidade do descompasso, a todo esforço tem que ser feito para que essa pressão demográfica deixe de exercer no território e em pouco

aplicação nessa região periférica. Se isto também é verdade, parece que um engajamento, nós tínhamos que buscar o desenvolvimento da região sob um novo enfoque, me parece. Buscar uma infra-estrutura, sem sombra de dúvidas, porque sem uma infra-estrutura energética, de transportes, de saúde, enfim, de saneamento básico, nós não podemos desenvolver nada em termos permanentes. Então, buscar uma infra-estrutura, mas, acima de tudo, buscar maneiras de fazer com que aquela ameaça maior que é a pressão demográfica encontre ali satisfação ou seja, nós temos que buscar especificamente a geração de empregos na região, de modo a fixar o homem nela. Não nos interessa apenas, por exemplo, desenvolver aspectos que visem a produção, que é a forma clássica que se busca sobre a região; ou seja, através do crédito agrícola, a possibilidade dos grandes projetos agrícolas ou de desenvolvimento da pecuária, enfim, que nós sabemos que esses projetos são geralmente objeto de uma parcimoniosa utilização da mão-de-obra, e uma larga utilização de equipamentos mais ou menos sofisticados. Isso é o que acontece: aumenta-se a produção, o que sem dúvida nenhuma resolve um dos problemas fundamentais do País, mas não se aumenta a fixação do homem a essa produção, gerando, posso dizer, numa região que tem plena produção, uma infinidade de espectadores dessa produção, sem participação nela.

Então, nós temos que procurar discernir; temos que desenvolver, por exemplo, lavouras, na agricultura, que visem os grandes produtos de exportação, produtos esses que exigem técnicas sofisticadas, equipamentos, tratamento adequado do solo, armazenagem, transporte, tudo em volume e qualidade, mesmo porque o mercado é exigente. Então, esse é um tipo de produção que deverá merecer por parte dos órgãos de financiamento todo o estudo, todo o apoio sobre o processo.

Mas temos que buscar um outro tipo, que vise dar oportunidade ao homem, que não vai ter nem mesmo a peça muitas vezes de maquinaria pesada, de também poder exercer uma atividade agrícola, já não mais com vistas à exportação, é para produzir a mandioca, o jerimum, o feijão que vai servir de alimentação para ele e para a nossa população. Não vamos pensar somente no mercado externo, mas no nosso próprio mercado. Então, se nós discernirmos - é claro que isso vai levar em conta outros fatores que, me parece, seriam facilmente solucionados, fácil, não, mas solucionados, que seria o problema de desvincular esse tipo de produção que hoje é exigido, a posse da terra, porque aí inviabiliza, ninguém vai produzir mandioca em terra adquirida a peso muitas vezes caro. En-

tão, nós temos - ele vai procurar, já que ele adquiriu a preço elevado, vai procurar nessa terra uma cultura de melhor rentabilidade. Mas, nós podemos fazer com que através de um outro sistema, de arrendamento, talvez, com risco calculado, dar condições a que se produza a preço muito mais baixo, e ocupe a mão-de-obra no campo.

Mas isso resolve em parte o problema, porque nós achamos também que não é demais, pelo contrário, é muito recomendável que nós hoje eliminemos um dos tabus que nós parece ainda existir no País, que relaciona sempre a atividade industrial aos grandes centros. Nós temos possibilidades de desenvolver industrial, com toda a possibilidade de êxito, sempre em termos aglomerados. Eu citaria, e conheço vários vou citar - o maior sucesso de vendas em 81, no País, aquela chinelinha Melissa foi produzida em Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Farroupilha não tem plástico, não tem coisa nenhuma, mas eles estão importando maquinaria com engenhosidade e não sei o que, levaram para Farroupilha a fabricação da Melissa, que foi o maior sucesso de vendas no País. Nós encontramos, ali perto de Farroupilha, uma cidadezinha, tem uma fábrica de armas de caça, outra com uma fábrica de bolas de futebol que exporta para todo o mundo. Nós encontramos em Horizontina, uma pequena cidade do interior, a Fábrica da SLT, essa máquina colheitadeira, e é a maior fábrica de colheitadeiras nacionais, essa SLT.

Então, nada impede que nós tenhamos nessas pequenas cidades aqui em torno instalações industriais do tipo Avaré, que quis se instalar, quer se instalar aqui, para implementos agrícolas; ETERNIT, quer se instalar, e aquelas clássicas já ligadas a alguma potencialidade local que é sem-número; temos aí cerâmicas, temos álcool, temos laticínio, temos metalurgia leve, uma série de coisas aí, enfim; temos ração, óleos comestíveis, uma infinidade de pequenas indústrias. Aí sim, com essa indústria, nós vamos gerar 100, 200 empregos diretos e não sei quantos indiretos; com 100, 200 empregados diretos podemos fazer 100, 200 casas em local onde não tem casas. Essa pressão que o BNH exerce para fazer casa aqui, ele vai ter pleno apoio para exercer lá, e fazer 200 casas.

Então, eu acho que o cuidado fundamental que devemos ter com Região Geoeconômica é buscar diretamente, sem perder de vista o alvo principal que é vincular o homem ao trabalho, ou seja, gerar o emprego e fazer com que em torno do emprego ele constitua a sua vida. Agora, evidentemente se ele está lá em Padre Bernardo, porque tem 400 operários em Padre Bernardo, o Frejat, com a maior satisfação vai lá estabelecer um posto de saúde, não vai?

CB - Esta é a vocação econômica da Região Geoeconômica?

Renan D'Ávila - Eu acho que ela tem que ser integrada, nós temos que procurar o desenvolvimento agrícola, pecuário, industrial, serviços e lazer, tudo. Temos que levar, claro, não em termos superlativos, mas conceder definitivamente como necessidade legítima às populações que aí moram ter acesso a tudo isso em termos melhores. Aí nós podemos realmente constituir pequenos agrupamentos, perfeitamente viáveis e não esse conceito que eu acho que tem que ser mudado, em que nós concentramos atividade num núcleo e criamos essa monstruosidade que hoje nós temos, em que a pessoa até para trabalhar é um sacrifício, enquanto nessas cidadezinhas que eu descrevi, de duas ou três fábricas, o operário mora a 500 metros da fábrica, ou menos, e vai de bicicleta, e nos outros centros, trabalhar duas horas sobrecarregando os transportes, não é mesmo? Viver numa angústia permanente?

Então, nós temos que procurar uma outra conceitualização, acho que já está oportuno, e começar com base nesses exemplos que estão aí, para mostrar, vida exequível, é possível, e inverter esse processo, inverter não digo, dar uma nova orientação a ele.

Então, nada impede que nós tenhamos nessas pequenas cidades aqui em torno instalações industriais do tipo Avaré, que quis se instalar, quer se instalar aqui, para implementos agrícolas; ETERNIT, quer se instalar, e aquelas clássicas já ligadas a alguma potencialidade local que é sem-número; temos aí cerâmicas, temos álcool, temos laticínio, temos metalurgia leve, uma série de coisas aí, enfim; temos ração, óleos comestíveis, uma infinidade de pequenas indústrias. Aí sim, com essa indústria, nós vamos gerar 100, 200 empregos diretos e não sei quantos indiretos; com 100, 200 empregados diretos podemos fazer 100, 200 casas em local onde não tem casas. Essa pressão que o BNH exerce para fazer casa aqui, ele vai ter pleno apoio para exercer lá, e fazer 200 casas.

Então, eu acho que o cuidado fundamental que devemos ter com Região Geoeconômica é buscar diretamente, sem perder de vista o alvo principal que é vincular o homem ao trabalho, ou seja, gerar o emprego e fazer com que em torno do emprego ele constitua a sua vida. Agora, evidentemente se ele está lá em Padre Bernardo, porque tem 400 operários em Padre Bernardo, o Frejat, com a maior satisfação vai lá estabelecer um posto de saúde, não vai?

Então, nós temos que procurar uma outra conceitualização, acho que já está oportuno, e começar com base nesses exemplos que estão aí, para mostrar, vida exequível, é possível, e inverter esse processo, inverter não digo, dar uma nova orientação a ele.

CB - Esta é a vocação econômica da Região Geoeconômica?

Renan D'Ávila - Eu acho que ela tem que ser integrada, nós temos que procurar o desenvolvimento agrícola, pecuário, industrial, serviços e lazer, tudo. Temos que levar, claro, não em termos superlativos, mas conceder definitivamente como necessidade legítima às populações que aí moram ter acesso a tudo isso em termos melhores. Aí nós podemos realmente constituir pequenos agrupamentos, perfeitamente viáveis e não esse conceito que eu acho que tem que ser mudado, em que nós concentramos atividade num núcleo e criamos essa monstruosidade que hoje nós temos, em que a pessoa até para trabalhar é um sacrifício, enquanto nessas cidadezinhas que eu descrevi, de duas ou três fábricas, o operário mora a 500 metros da fábrica, ou menos, e vai de bicicleta, e nos outros centros, trabalhar duas horas sobrecarregando os transportes, não é mesmo? Viver numa angústia permanente?

Então, nós temos que procurar uma outra conceitualização, acho que já está oportuno, e começar com base nesses exemplos que estão aí, para mostrar, vida exequível, é possível, e inverter esse processo, inverter não digo, dar uma nova orientação a ele.

A cidade em busca do crescimento ordenado

Mesa-redonda do CB com secretários do Governo debate os caminhos do DF

A cidade completa 22 anos e a sua grande aspiração é poder crescer com harmonia, preservando sua função de capital administrativa e econômica. Esta é a luta principal do Governo do Distrito Federal, que desenvolve em todas as frentes ações visando o crescimento ordenado da cidade e o mais estável possível. Muito desse objetivo já foi conseguido: os fluxos migratórios diminuíram consideravelmente e a população de Brasília já tem em alguns pontos uma qualidade de vida bem superior a de outros estados. A mortalidade infantil, por exemplo, é praticamente nula e a oferta de salas de aula é maior do que o necessário. Um ponto, porém, é fundamental tanto para a população quanto para o GDF: o desenvolvimento da região geoeconômica, da periferia de Brasília, e a descoberta de sua mais exata vocação econômica, poderá permitir que Brasília cresça sem maiores problemas e sem enfrentar alterações profundas em seu plano de desenvolvimento. Mas a região geoeconômica tem problemas sérios, como o desinteresse administrativo que nutrem por municípios contidos nela, os governos de Goiás e Minas, na verdade os verdadeiros responsáveis pela região. Isso, aliás, já levou muitas autoridades de respeito nas áreas de Governo a lembrar a necessidade de se dar ao GDF um maior poder de decisão sobre toda a periferia, na forma de um órgão executivo. Para discutir esses e outros problemas relativos à cidade, o CORREIO BRAZILIENSE reuniu em mesa-redonda alguns secretários do governo do DF, iniciando uma série de debates que vão se estender a outros secretários, e autoridades do Governo e personalidades da cidade. Estiveram na mesa-redonda o Chefe da Casa Civil do Governo, Paulo José; o Secretário de Governo, Renan D'Ávila; e os secretários de Saúde, Jofran Frejat; Serviços Públicos, José Geraldo Maciel; e Viação e Obras, José Carlos Mello.

CB — Depois de 22 anos de existência oficial da cidade e de três anos da administração Lamaison, a pergunta de ordem geral que colocamos aqui é se realmente a administração obteve êxito na missão de conseguir com que a cidade tenha um processo de crescimento organizado.

Renan D'Ávila — O que se pode afirmar com segurança é que a administração Lamaison estabeleceu justamente como uma meta prioritária da mais alta relevância e importância, esforços no sentido de preservar a funcionalidade da cidade. Desde os primeiros dias ficou claro, perante todos os auxiliares da administração, de que esse esforço que o Governo faria seria assinalado, porque ele tem bem nítida a importância que representa a função de uma cidade que foi planejada e desenhada para cumprir o papel de um fim específico. Nós não poderíamos correr o risco de ver a funcionalidade da cidade afetada por um desenvolvimento inconseqüente, ou seja, um desenvolvimento pelo desenvolvimento.

Se isso é algo louvável e conveniente na maioria das cidades, nós questionamos de que seja também uma realidade para a capital federal, já que ela, ao contrário das demais, tem uma função nítida a desempenhar.

O que também é preciso ficar bem claro é que esse cuidado com a expansão da cidade não viesse a prejudicar a sua funcionalidade, isto não elimina a necessidade que temos de tornar a qualidade de vida dentro do Distrito Federal a melhor possível, ou seja, a responsabilidade que tem o Governo de concluir as tarefas básicas que poderiam concorrer para essa melhor qualidade de vida.

José Carlos Mello — Eu acredito que, como o Renan falou, obteve pleno êxito a política do Governador Lamaison de fazer esforços para não estimular o crescimento, porque, quando nós falamos em crescimento populacional, nós devemos dividir esse crescimento em vários componentes, como por exemplo um, quase inevitável, o crescimento vegetativo, o outro por correntes migratórias naturais, também é quase inevitável, uma vez que cabe a nós receber apenas os efeitos, uma vez estando bastante distante das causas e com muito reduzidos poderes para atuar sobre essas causas. Há um outro fluxo migratório estimulado — esse realmente foi contido pelo Governo. Então, dentre todas as componentes de todas as parcelas que poderia se subdividir o crescimento populacional de uma cidade, o Governo

atuou sobre uma importante parcela, que era o crescimento estimulado até pela própria história da cidade, com relação à facilidade de obtenção de casas, de obtenção de emprego para a mão-de-obra pouco qualificada, etc. Então, houve pleno êxito.

Por outro lado, o último censo constatou que o crescimento populacional de Brasília é um crescimento normal, comparado com as regiões metropolitanas. Brasília não é uma região metropolitana, mas possui características de, e o seu crescimento populacional está com taxas de crescimento anuais em torno de 4 a 5%, que é o mesmo das regiões metropolitanas, o que demonstra que, dentro de um quadro de crescimento exclusivo, onde Goiânia cresceu a 9% ao ano, na última década, nós temos hoje, onde tem cidades que crescem a taxas até de 10%, Brasília que registrou taxas fantásticas, houve um ano que registrou 100% de um ano para outro, hoje ela cai em quadro normal, quer dizer, não é mais assustador, não é mais assustador do que o crescimento da população.

E, além disso, o Governo do Distrito Federal dando continuidade ao plano de ocupação territorial que encontrou aprovado em fins de 78, plano realizado através de convênio entre a SEPLAN, na época CNPU Conselho Nacional de Política Urbana, em Regiões Metropolitanas, e o GDF, dando continuidade a esse plano, que foi o PEOTE - Plano Estrutural de Organização Territorial, continua adotando como válido o pressuposto de que qualquer crescimento urbano tem que ser ordenado e nessa área, e ao mesmo tempo não criou estímulos para o desenvolvimento dessa área, tanto que está sendo detalhado a nível de projeto final de engenharia, que é uma porção muito, para atender a programas habitacionais do próprio Governo, não é para colocar terrenos em disponibilidade no mercado.

Então, acredito que com isto nós temos um fato imensamente positivo, quer dizer, não assusta mais o último censo demonstrou isso o crescimento populacional de Brasília. E, ao mesmo tempo, o crescimento induzido, provocado por algum efeito de demonstração, está perfeitamente controlado por uma política desenvolvida pelo Governador Lamaison.

Renan D'Ávila — Nós não podemos manifestar que discordamos, mas tem coisas que não sei. Veja bem, vou dar a minha opinião, ao meu ver, o fato de uma cidade — porque não tenha a mesma coragem que tem o Mello, o Mello não se assusta, eu me assusta. Agora, isso é claro que ele teve coragem. O fato, por exemplo de uma cidade poder crescer — Goiânia, por exemplo, 4, 5%, é um dado que necessariamente não se aplica com a mesma, vamos dizer, procedência dentro da nossa cidade, nossa capital. E aqui, digamos, a nossa oferta, o nosso crescimento econômico é necessariamente contido, porque não tem a expansão que tem Goiânia. Então, se nós temos o crescimento econômico, contido excessivamente, nós não podemos permitir que o crescimento demográfico seja descontrolado. Ele tem que estar sempre sob controle, porque, não adianta, vamos admitir, até mesmo o crescimento vegetativo como se fosse saudável, se nós não tivermos condições de dar emprego conveniente a essa população. Hoje nós já temos dificuldades para emprego contido, no Distrito Federal, para a população aqui existente — a meu ver.

Então, veja bem, se isso é uma verdade, a cautela que nós devemos ter em torno do crescimento é permanente. Nós podemos crescer a oferta de emprego através da indústria? Não, a não ser que apertemos a funcionalidade da Capital Federal.

Nós podemos oferecer oferta de emprego através do setor secundário? Praticamente não, porque ele já se dimensionou em função da demanda. O setor primário, nós não temos espaço para isso. Então, como é que podemos desenvolver a oferta de emprego? Com extrema dificuldade. E se essa dificuldade é real, nós temos que examinar com muito cuidado o crescimento demográfico real, nós temos que examinar com muita cautela o crescimento demográfico para não criarmos um problema grave dentro da própria Capital Federal.

Eu acho que tem que ser sempre vigiada. Agora, os níveis são afetáveis, concordamos.

Jofran Frejat — Pode-se responder à pergunta da seguinte maneira: a área social sempre foi vítima, essa é que é a realidade. A resposta é positiva com relação ao



Da esquerda para direita, Maciel, Paulo José, Frejat, Mello e Renan: todos concordam que a preservação de Brasília como capital administrativa é fundamental

crescimento atualizado, estabelecido no Governo Lamaison, particularmente na Saúde. Isso nós temos observado com muita clareza. Se nós levarmos em consideração que, da população migrante para o Distrito Federal, só para fazer uma correlação entre um e outro.

A população migrante, no Distrito Federal, é em torno de 3%, e para a Saúde é 2,8%, ou seja, pessoas que procuram o tratamento médico no Distrito Federal, nós verificamos que realmente essa é uma área de convergência de todo o problema, como um desaguadouro do problema social da área.

Há toda a área geoeconômica e, além do mais, estados muito mais longínquos que teriam condições de resolver seus problemas e transferir para o Distrito Federal porque é a Capital da República e naturalmente se espera que haja um tratamento melhor. Para que se possa ter ideia disso, nós aumentamos de um ano para outro, aqui, com o crescimento organizado do setor de saúde, em mais de 500 mil atendimentos hospitalares — passamos de 2 milhões e 25 mil consultas para 2 milhões e 600 mil consultas. Isso, realmente, é um crescimento astronômico. E isso vai levar, tanto nós otimizamos o serviço de saúde, nós temos que reconhecer que haverá uma convergência de pessoas à procura de saúde no Distrito Federal. Então, esse é um aspecto que tem que ser levado em conta, que é a primeira parte da resposta, com relação à população migratória no Distrito Federal.

O outro lado é com relação ao crescimento dos serviços de saúde. O crescimento na área de saúde, aqui no Distrito Federal, foi assim, absolutamente incomparado com tudo o que se passou antes. Construiu-se em menos de 2 anos, aqui, mais de 50 mil m² de obras em saúde, e se concedeu mais de 4 mil empregos diretos na área de saúde. Isso se reverte de uma magnitude assim sem precedentes no Distrito Federal.

Com esse sistema regionalizado e hierarquizado, dando prioridade para a atenção primária, o que se procurou fazer foi exatamente o que, tendo um sistema que possa absorver e demanda que era reprimida, não precisa ir muito longe, se vai há dois anos e se verifica que havia pessoas detidas no consultório, esperando por uma consulta desde as 9 da noite do dia anterior — isso era frequente no Distrito Federal de crianças cobrando pelo lugar na fila, coisa que hoje desapareceu, mostra-se que realmente houve um crescimento organizado. Cresceu como? Quarenta centros de saúde, um Hospital em Ceilândia; o aumento de diversos hospitais e ainda um processo que vai daqui para a frente.

De forma que acreditamos que, no final do Governo Lamaison, com certeza será entregue ao Distrito Federal um sistema de saúde organizado, definido, e que caberá ao próximo Secretário de Saúde apenas aumentar, de acordo com a demanda que vier ao Distrito Federal. Por exemplo, se mais de 30 mil pessoas crescerem em determinado setor, Ceilândia, Brasília ou Planaltina, mais um centro de saúde se fará necessário, ou então ampliar certos hospitais.

De forma que nós tivemos muito cuidado em separar em duas partes a questão que nos foi colocada. Primeiro, lembrar que o Distrito Federal cresceu assustadoramente os seus serviços de saúde, cresceu dando conta da necessidade de que existia aqui dentro. Mas, por outro lado, existe um crescimento ou uma procura, em termos de migrantes, de 2,8%, quase praticamente o da educação para o Distrito Federal. Isso é praticamente incontrolável, porque se pode dizer para o indivíduo que vem buscar trabalho aqui ele não tem trabalho, se pode dizer para o indivíduo que vem matricular na escola que ele não vai ter matrícula na escola, mas não se pode dizer a um in-

divíduo que vem procurar assistência médica que ele não vai ter assistência médica. Então nós temos que estar preparados para esse posicionamento. E bem verdade que hoje, com uma população de 1 milhão e 200 mil habitantes, e nós fornecemos cerca de 2 milhões e 600 mil consultas que neste ano de 82 ultrapassará a 3 milhões de atendimentos, nós temos uma condição muito boa de oferecer — talvez impar no Distrito Federal — atendimento médico, e isso é bem visível através dos melhores níveis de vacinação que nós temos no Distrito Federal e menor índice de mortalidade infantil. A resposta não é só estatística, a resposta é uma resposta claramente definida através da queda de mortalidade infantil. Isso, com certeza, um parâmetro importante. Mas é preciso que se observe que não é tudo, é necessário também que, ao lado desse aspecto de números que estamos apresentando aqui, se tenha um cuidado de diversificar isso, também, de uma forma centrífuga, abrindo espaço para atender essa demanda reprimida, na área rural e também na área geoeconômica do Distrito Federal.

Para terminar a ideia da análise econômica do Distrito Federal, com esse trabalho que foi feito, de centros de saúde e hospitais, nós hoje podemos oferecer à população do Distrito Federal 7 consultas/pessoa/ano. Veja que a Organização Mundial de Saúde preconiza 3 consultas/pessoa/ano, o que é realmente uma oferta muito maior do que outra organização de saúde pode oferecer. E, além disso os nossos quadros médicos foram acrescidos de praticamente 700 médicos neste governo. Se a OMS também preconiza um médico para cada 1.000 habitantes como o ideal, só na Fundação Hospitalar nós podemos uma proporção maior do que isso, porque nós temos 1 milhão e 200 mil habitantes e temos 1.600 médicos dentro da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, hoje.

De forma que isso é uma demonstração realmente de que o Governo se preocupou com a área social e deu ênfase a um sistema que estava sendo em relação ao público, uma velocidade muito grande. As reclamações eram permanentes e já se encontrava uma séria dificuldade de relacionamento médico, que vai sendo substituído aos pouquinhos com essa organização que o Governo Lamaison imprimiu ao Distrito Federal.

Paulo José — Eu também concordo plenamente com a colocação dos companheiros de que o processo de contenção do crescimento demográfico do Distrito Federal está bem encaminhado. Desde o início do governo, foi meta prioritária do Governador Lamaison essa contenção, e algumas medidas de ordem prática, inclusive, foram tomadas nesse sentido. Todos estão lembrados da decisão histórica de cancelar as inscrições permanentes da SHIS, que foi um problema até difícil, uma decisão difícil de ser tomada, que repercutiu intensamente na cidade. Além do mais, há um ponto que acho também muito importante a ser ressaltado, que é a ação integrada, dentro de todas as secretarias, sob a coordenação direta da Secretaria de Governo. O Coronel Renan manifestou a preocupação permanente que ele tem com relação a essa ordenação no crescimento urbano da cidade. E, em razão dessa preocupação, todas as ações do Governo do Distrito Federal são coordenadas através da Secretaria de Governo, que consegue manter esse posicionamento de contenção do crescimento urbano da cidade.

Então, eu acho que nesse 22 anos, especialmente nos 3 anos do Governo Lamaison se atingiu o objetivo que era meta prioritária, de fazer realmente uma contenção e um crescimento ordenado da cidade.

José Geraldo Maciel — Aqui, dizer que o crescimento estava acelerado e desor-

denado nos anos anteriores é desnecessário porque a própria pergunta vem em razão disso. Mas, apenas citaria aqui um dado que me parece muito importante: na década passada, quando o crescimento médio cumulativo no setor de energia elétrica na Região Sudeste era da ordem de 10,12%, no Distrito Federal foi de 22,2%, praticamente o dobro. E, no ano passado, nós tivemos um crescimento de demanda de energia de 3,5%. Não se pode dizer que esse crescimento pequeno se deveu a um quadro receptivo nacional, porque o nosso consumo é essencialmente residencial, não temos consumo industrial, o consumo rural é muito pequeno, então é um consumo essencialmente residencial. Então ele mede, de fato, independentemente de um quadro de perfil recessivo, se há ou não uma maior demanda em termos de um crescimento mais ou menos acelerado.

Então, realmente em função das diretrizes traçadas pelo Governador Aimé Lamaison, de se procurar conter, ou se procurar suplementar, meios de conversão do fluxo migratório, com vistas a não se distorcer a função básica da cidade, que é o de exercício de administração, então eu não tenho dúvidas de que isto foi conseguido. E eu preferiria raciocinar pelo produto disto, não por aquilo que se fez, aquilo que se está fazendo, pela diretriz traçada. Vamos ver qual é a consequência dessa diretriz traçada: a partir de um dado que é o de saneamento básico, água e esgoto. O que é que vai acontecer no Distrito Federal ao final deste período de governo? Exatamente isto: 98% da população estará atendida com água potável. Perguntar-se-ia, e os 2% restantes, se deve o não atendimento por falta de disponibilidades? Não. Eu estou considerando nestes 2% aquelas áreas irregulares, aquelas áreas que não têm condições legais de receber suprimento. Então, dir-se-ia, praticamente 100% da população estará atendida com água potável.

E em termos de esgotos, o que é que vai acontecer? De 85 a 90% da população de Brasília e suas cidades-satélites, portando é uma média geral, 85 a 90% da população estará atendida com esgotamento sanitário. Poder-se-ia perguntar, escuta, mas isso é fruto de um volume de recursos que se está injetando para que implemente um programa. E também por isso, mas, mesmo que se tivesse um volume de recursos de tal sorte que nos permitisse complementar um grande programa, se o crescimento fosse acelerado e desordenado não chegaríamos a esse nível de 85 a 90%. Então, o produto dessa política traçada pelo Governador Lamaison pode ser dimensionado por esses dois itens, que se associam aos que foram mostrados pelo Frejat, e que vão se verificando ao final deste período.

CB — Vamos colocar o seguinte: parece de que a preocupação básica do Governo, todos falaram, é a contenção do crescimento. Mas há um detalhe: o Brasil está no meio de uma crise sócio-econômica. Então, me parece que o papel da Geoeconomia seria, para o Governo Lamaison, um ponto de equilíbrio, ou seja, essa contenção do crescimento de Brasília só seria possível com o desenvolvimento ordenado da Geoeconomia. Eu queria saber como o Governo, como vocês vêm isso, se é possível realmente que essa Geoeconomia sirva para isso, que ela possa se desenvolver totalmente e ordenadamente, porque ela viria a ser um espécie de pára-choque. O Frejat falou bem da questão do atendimento de saúde, que é um problema que vocês vão eliminar isso no Plano Piloto?

Renan D'Ávila — Eu acho que ele, ao formular a pergunta, já definiu a resposta, mas vamos reiterar, enfatizar alguns pontos da sua própria colocação. Talvez a melhor maneira fosse reu-

nar um pouquinho, para dizer o seguinte: o Brasil Central, interior, a criação de Brasília. Nós podemos considerar como tendo sido um grande espaço, um grande vazio econômico. O esforço nacional de criar aqui uma capital moderna, como é Brasília, gerou, indiscutivelmente, paralelamente à construção um foco de atração extraordinária, não só necessária à própria, ao desenvolvimento do projeto como também, vamos dizer, pela sua magnificência. Então seria muito natural ocorrer o que ocorreu, ou seja, se, a transformar, antes mesmo de ser aquele pólo indutor de atração, e passou a sofrer as consequências dessa atração, desse magnetismo que despertava, não só na região próxima, a região em torno, como em várias partes do País.

Daí decorre, evidentemente, uma causa para que houvesse o que houve, esse crescimento talvez, ou pelo menos em termos de planejamento, exagerado aquilo que se supunha como adequado ao funcionamento da Capital, foi previsto para o ano de 1980 um total de 600 mil habitantes, e nós vamos dizer que esse seja um dado absolutamente rígido, mas era uma ordem de grandeza de planejamento. E nós chegamos exatamente aquela época com o dobro, ou seja, houve realmente uma superação de muito daquilo que foi planejado.

Então, se nós queremos fazer com que se harmonize o fato dessa magnificência, da importância política da Capital, com o ainda relativo vazio econômico em torno, nós temos que buscar uma outra solução. E a solução parece que vai se tornando clara, sendo desenvolvida com as opções em torno de Brasília. Esse desenvolvimento na região periférica de Brasília se comportaria de duas formas, primeiro, como pontos em que desviassem a atenção daqueles que buscam oportunidades, seja de trabalho, atendimento médico, habitacional, enfim, de qualquer posição de melhoria de vida. E a outra condição, que é o próprio desenvolvimento geraria uma proteção à Brasília, ela estaria protegida por anéis de desenvolvimento em torno de si mesma.

Por isso acreditamos que realmente a solução, a verdadeira solução para manter a integridade funcional da Capital do País repousa no desenvolvimento da sua região periférica.

José Carlos Mello — Não resta dúvida, como bem disse o Renan, que a busca desse equilíbrio é imperiosa, e é tão imperiosa que desde o Governo Castelo Branco, com a criação do Fundef, vem sendo perseguida. Se bem que, com o correr dos tempos — nós temos, em termos de GDF, uma limitação de aplicação de recursos na Região Geoeconômica. Nós, a rigor, não podemos aplicar recursos do FUNDEF, não podemos aplicar recursos orçamentários fora da Unidade da Federação, que é o Distrito Federal.

E o FUNDEF, criado no Governo Castelo Branco para investir no desenvolvimento da Região Geoeconômica, ele pouco a pouco teve a sua aplicação ampliada para outras finalidades que talvez fossem mais urgentes a cada época. E hoje, com a prioridade do Governo Lamaison de desenvolver a Região geoeconômica, nós já voltamos a ter aplicação do FUNDEF na Região. Bom, como é que nós podemos entender já que é um consenso que a Região Geoeconômica funcionará como uma área de proteção ao Distrito Federal, como é que nós poderíamos promover essa área de proteção? Bom, ela funcionando a um determinado prazo, que não pode ser curto, evidentemente, porque é carente de infraestrutura que possa proporcionar uma atração, maior, de atração para o migrante que viria para Brasília, porque o migrante que viria para São Paulo, ele, dificilmente vai parar por parte de Brasília, então, é para um determinado migrante, que é a mão-de-obra pouco qualificada do meio rural ou da periferia urbana do Nordeste, que busca novas oportunidades, e procurou principalmente na construção civil em Brasília. Então, o migrante típico de Brasília passaria a ficar em Formosa, Unai, Padre Bernardo, Buriti, etc. Já que não há mais o problema de atração do migrante da Região Geoeconômica para Brasília, já que essa região é quase desprovada, ela tem contingentes populacionais muito pequenos. Então me parece que teríamos que tratar de desenvolver uma infraestrutura econômica que pudesse possibilitar desenvol-

vimento de atividades empresariais nessa área, o que não é fácil, porque Goiás é uma região que está tendo ocupação muito recente, então, existem outras áreas de competição, de investimento e de aplicação de capacidade empresarial. O resultado é muito grande, eles não podem analisar a Região Geoeconômica de forma isolada, como um apêndice de Brasília, mas talvez mais como um anexo de Minas e Goiás. Então existe um leque muito grande de opções, de investimento e de aplicação de capacidade empresarial nessa área, que necessariamente competiria com a Região Geoeconômica. Então, o estímulo à atividade empresarial por parte do Governo deveria vir mais em termos de lançamento de infra-estrutura nessa área: eletrificação rural, levar o crédito, como o BRB já leva, o trabalho da Telebrasil, levando comunicações, e na minha área, especificamente, nós notamos uma deficiência imensa, como em toda a área de ocupação pioneira, de nova fronteira agrícola, no campo rodoviário.

Recentemente, o Governador Lamaison me chamou ao seu Gabinete, ele estava lá com um grupo de colonos gaúchos que há pouco mais de dois anos veio se estabelecer na região de Buriti, e os gaúchos tinham know how do trato da terra, tinham algum capital, e no primeiro ano de produção estavam com 200 sacas de arroz, sem condição alguma de escoar essa produção. E a última informação que eu tive de Buriti é que neste ano a colheita de grãos é da ordem de 1 milhão de sacas, escoando precariamente ou não escoando, como a gente vê aqui frequentemente, o milho apodrecendo. Padre Bernardo já vê o fazendeiro com um punhadinho de pó, que ele disse que fica aqui por sua causa, não tem estrada para escoar.

Os produtores de leite, na época da chuva, é a mesma coisa, basta cair um pontilhão desses — é um estímulo permanente ao produtor.

Bom, então me parece que, uma vez que há um consenso não só do governo local como do governo federal, como da população, das pessoas que mais participam de qualquer atividade em Brasília, que é importante desenvolver a Região Geoeconômica. Mas nós precisamos ter também a consciência que é um processo que não é fácil de ser induzido, uma vez que a região, precariamente servida de infraestrutura, a região é competitiva com outras regiões do próprio Estado de Goiás e Minas Gerais, porque são Estados virgens e com várias opções, e é uma região extremamente carente de infra-estrutura. Temos uma ação já muito boa, do BRB, levando agências — sem crédito é difícil a produção, temos a ação da TELEBRASIL. Agora, o investimento no campo rodoviário, pelo seu próprio custo, ele ainda é muito pequeno. Nós estamos pavimentando a rodovia para Unai, convênio com o Ministério dos Transportes, que era prioridade 1, devemos intensificar a pavimentação da rodovia BR-080 para Dois Irmãos-Padre Bernardo, que seria prioridade 2, mas teríamos que desenvolver uma intensa malha de rodovias vicinais, temos inclusive um plano que o próprio GDF contratou, através do GEIPOP, que nos possibilitaria fazer isso, mas há realmente que reconhecer que os recursos são escassos para atuação na Região Geoeconômica. Só no campo de conservação de estradas, o nosso Departamento de Estradas conserva uma malha de mais de 1000 Km de rodovias, em convênio com a Rural Minas em Minas Gerais e com DERGO, em Goiás. Quer dizer, essa malha de conservação deveria, digamos, pelo menos 30% já está pavimentada e os outros 70%, em outras condições, de diferentes atuais melhores, e os outros milhares de quilômetros deveriam estar talvez no estágio que nós estamos hoje de apenas melhorias de pontes de madeira.

Jofran Frejat — Aparentemente a posição em termos de saúde parece ser conflitante com a área econômica, porque a gente vê, por exemplo, as propostas de desenvolver polos industriais ou agropecuários na Geoeconomia seria capaz de reter uma parte da população lá, naquela região. Em saúde isso é praticamente impossível, a não ser que se transplantasse um sistema como o de Brasília para todos os Estados, ou seja, cada Estado tivesse o seu setor desenvolvido, com hospitais de base, com hospitais regionais, com centros de saúde, para que isso não

carresse para cá. Então, toda vez que nós melhorarmos o atendimento aqui, ou que nós mesmos crescêssemos em termos de área geoeconômica, de pólo industrial ou pólo agropecuário, isso vai gerar uma demanda de pessoas, de pacientes para o Distrito Federal, que vai crescer cada vez que seja criado um novo programa dessa ordem.

A primeira coisa que nós procuramos fazer, em termos de uma contenção, entre aspas, é organizar o atendimento. Organizar, pelo seguinte, porque o que existe no Brasil, não se pode dizer que não existam poucos médicos, não se pode dizer que não existam ambulatórios, isso não é bem a realidade. Pode até se dizer que existe uma concentração muito grande de médicos e de ambulatórios nas capitais. Se nós levarmos em consideração, por exemplo, aqui, só a título de exemplo, Copacabana tem a paradoxal proporção de um médico para cada 350 habitantes. Isso não demonstra que seja a resposta a um bom atendimento médico, não é essa concentração, porque cada um está fazendo um tipo de trabalho que não é um trabalho organizado, é um trabalho sistematizado. Então, o que aconteceu no Brasil é que por forças de um próprio processo de crescimento aleatório, à medida que se fazia necessário, se criava um hospital, se criava isso e aquilo, nós estabelecemos um sistema de atendimento que não era nem bom para o Governo porque o Governo investia e não recebia resposta, não era bom para a classe médica porque ela não podia exercer o seu mister nem com dignidade, e não era bom para a população porque a população sofria um tipo de atendimento que nós chamamos de serviço de pronto-atendimento; e indivíduo lá com uma queixa sintomática, ou uma dor de cabeça ou uma dor torácica, ou uma dor de barriga, ou seja lá o que for e ele era medicado para aquilo e simplesmente ele tinha que voltar para o seu problema posteriormente vir a um hospital. Essa é que é a verdade. O que nós estamos procurando fazer no Distrito Federal é organizar isso, a separar aquilo que é atenção primária daquilo que é atendimento secundário, daquilo que é atendimento terciário, e fazer um escalonamento desse atendimento, um sistema de complexidade crescente.

Isso sim, o indivíduo que tem, por exemplo, um enfarte, ele tem que estar no Hospital de Base, mas o indivíduo que frou o pé com um prego tem que estar no centro de saúde, não há razão para ser diferente disso. Mas, é bem verdade que se nós colocarmos, por exemplo, mais um pequeno hospital ou um posto de saúde em Unai ou em Padre Bernardo, etc., isso não vai diminuir a nossa demanda em termos de complexidade, porque o que é caro realmente, o que exige dinheiro, é a medicina sofisticada, a medicina do alto padrão, a medicina que se exerce nos hospitais regionais e nos hospitais de base. Eu digo assim de alto padrão, não quer dizer que é medicina primária seja de baixo padrão, mas ela atende a uma demanda que exige pequenos cuidados, mas permanentemente. E o indivíduo tem de deixar de ser atendido sintomaticamente para ele ser acompanhado, ele participando do trabalho de saúde, ou seja, ele vai mensalmente ao centro de saúde para ter o atendimento, para ser acompanhado, uma criança que está se desenvolvendo deve ir mensalmente, e esse é um atendimento que nós temos em Brasília, frequentemente nós mandamos o nosso agente de saúde ir a uma residência para saber por que uma mãe não levou o filho ao centro de saúde, e ela diz: "Não, meu filho não está doente". Não tem importância, ele precisa ser acompanhado, precisa ser pesado, se medido e se verificar se ele sofreu vacinação ou não sofreu vacinação.

Então, o nosso propósito dentro do Distrito Federal é, sabendo que essa contenção não pode existir, porque tanto nós otimizamos, tanto maior será a vinda, a não ser que isso, esse mesmo modelo vá para outras regiões, o fazer com que essa população possa ter um sistema eficiente a baixo custo, satisfazendo o Governo em termos de investimento, porque o preço, o valor do atendimento no centro de saúde, é muito mais barato, pelo menos quatro vezes menos do que o mesmo atendimento dentro do hospital, e depois de criado o modelo, mostrado o coeficiente, que pode atender à toda população